

Após mudança de "monta" no documento, motoristas enfrentam novas regras, restrições e custos na hora de proteger o veículo

Motoristas que passam pelo processo de reclassificação de monta — quando um veículo sinistrado é reavaliado e passa de “grande monta” para “média” ou “pequena” — frequentemente acreditam que a etapa mais difícil ficou para trás. No entanto, após a regularização documental, surge um novo desafio: a contratação de seguro ou proteção veicular.

Isso porque, mesmo com a liberação para circulação, o histórico de sinistro permanece registrado no documento do veículo, impactando diretamente na análise de risco feita por seguradoras e associações. Na prática, o carro deixa de ser considerado comum e passa a exigir critérios mais rigorosos para aceitação, além de possíveis limitações de cobertura.

Diante desse cenário, o especialista alerta para a importância do planejamento e estratégia na escolha da proteção. “A reclassificação resolve a parte legal do veículo, mas não elimina o histórico dele. Isso muda completamente a forma como o mercado avalia o risco e, consequentemente, as condições de contratação”, afirma Hugo Jordão, especialista em proteção veicular e presidente da Atos Proteção Veicular.

Aceitação varia entre seguradoras e proteção veicular

Após a regularização, um dos principais desafios é encontrar empresas que aceitem veículos com histórico de sinistro. Muitas seguradoras possuem políticas internas que restringem ou até recusam esse tipo de automóvel, especialmente em coberturas mais amplas, como colisão.

Por outro lado, a proteção veicular tende a ser mais flexível, aceitando com maior facilidade veículos reclassificados. Ainda assim, isso não significa ausência de critérios: condições contratuais, limites de cobertura e valores de indenização podem sofrer alterações importantes.

Outro fator determinante é o perfil do condutor. Informações como local de residência, uso do veículo e disponibilidade de garagem influenciam diretamente na análise de risco. “Não é só o carro que é avaliado. O perfil do motorista também pesa muito na aceitação, podendo aumentar ou reduzir as chances de contratação”, explica Jordão.

Custo-benefício e redução de indenização exigem atenção

Além da aceitação, o consumidor precisa avaliar com cuidado o custo-benefício da contratação. Veículos com histórico de sinistro geralmente não recebem 100% do valor de mercado em caso de indenização, já que possuem menor valor de revenda.

Isso significa que propostas mais baratas podem esconder reduções significativas no valor a ser pago em caso de perda total. Em alguns casos, a indenização pode ser reduzida em percentuais relevantes, o que impacta diretamente no retorno financeiro ao proprietário.

Outro ponto importante é a possível necessidade de abrir mão de benefícios ou aceitar condições diferentes, como franquias mais altas ou restrições de cobertura. “O mais importante é entender o que está sendo contratado e não olhar apenas o preço. Às vezes, pagar um pouco mais garante uma proteção muito mais adequada à realidade do veículo”, conclui Hugo.

Sobre a Atos Proteção Veicular

Associação sediada em São Bernardo do Campo, com mais de 7 anos de atuação e mais de 6.500 veículos protegidos em todo o Brasil. A Atos é especializada em oferecer soluções completas e acessíveis. Saiba mais em: <https://atosprotecaoveicular.com.br/>

Fonte: Atos, em 29.04.2026